



Ministério do Meio Ambiente
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Diretoria do Programa Nacional de Florestas

Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas - Conaflor

Ata - 6ª Reunião

Abertura

Às 09:45 horas do dia 03 de Março de 2005, no auditório do Hotel Pathernon, em Brasília, Capital Federal, foi dado início à 6ª Reunião da Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas, sob a Presidência de João Paulo Capobianco e secretariada por Tasso Rezende de Azevedo (TRA).

1. Apresentação e Aprovação da Agenda [TP-01]

- 1.1. Capobianco (SBF/MMA)** abriu a 6ª Reunião CONAFLOR cumprimentando a todos e informando que o PL Gestão de Florestas Públicas encontra-se no Congresso Nacional em regime de urgência constitucional. Seguiu-se a apresentação dos observadores convidados abaixo relacionados.

PARTICIPANTE	INSTITUIÇÃO
César Augusto dos Reis	ABRAF
Natália Bianchi Fileto	ABEEF
Aliazar Volpato	SBEF
Carmem Roseli Caldas Menezes	Agência Brasileira de Cooperação - MRE
Simone Dias	DEMA - Itamaraty

- 1.2.** O Anexo 1 desta Ata contém a lista de todos os presentes.
- 1.3. Luís Carlos de Miranda Joels (MCT)** solicitou que a apresentação do Estudo Estratégico "Sistema Nacional de Parcelas Permanentes" ocorresse pela manhã.
- 1.4. Capobianco (SBF/MMA)** alterou a agenda de forma que a apresentação do estudo fosse feita no período da manhã.

2. Aprovação da Ata da 5ª Reunião [TP-02]

2.1.1. **Capobianco (SBF/MMA)** solicitou as considerações dos membros da CONAFLORE em referência a ATA da 5ª Reunião.

2.2. A Palavra foi aberta aos membros para suas colocações:

Carlos Alberto Dayrell (FBOMS - Cerrado e Pantanal) solicitou acréscimo, em sua fala no Tema de Pauta Fórum Nacional das Contribuições Socioambientais do Setor de Florestas Plantadas [TP-05], do seguinte texto: *"Dayrell propôs que a discussão sobre a oportunidade de criação do Fórum das Contribuições Socioambientais do Setor de Florestas Plantadas ocorresse após a apresentação do estudo sobre Temas conflituosos relacionados com a expansão da base florestal plantada, momento em que a CONAFLORE teria maiores condições de opinar sobre a questão"*. Reafirmou que não houve consenso quanto à realização do Fórum.

TRA fez referência ao item 4.3 (pág. 08) da Ata 5ª Reunião CONAFLORE onde relatou que:

- *É oportuno criar um espaço para debate aprofundado sobre os aspectos socioambientais dos plantios florestais.*
- *Este espaço deverá ser aberto a todos os atores sociais interessados, incluindo as empresas, ONGs, movimentos sociais, universidades, entidades de classe, governos estaduais e municipais, entre outros.*
- *O espaço a ser criado deve ser vinculado à CONAFLORE, podendo responder às demandas ali surgidas e ao mesmo tempo reportando seus resultados e avanços como subsídio aos trabalhos da CONAFLORE.*
- *O espaço deve envolver não apenas as contribuições socioambientais mas também os impactos das plantações florestais.*
- *O formato e a proposta de portaria precisam ser revisados e submetidos aos membros da CONAFLORE para apreciação.*

Em seguida **TRA** esclareceu que a minuta de portaria estará disponível aos membros da CONAFLORE para votação.

2.3. **Capobianco (SBF/MMA)** submeteu a ata à votação, sendo aprovada após incluída alteração proposta por Carlos Alberto Dayrell (FBOMS - Cerrado e Pantanal).

Encaminhamentos:

1. Inclusão na ATA da 5ª Reunião CONAFLORE a seguinte alteração: *"Dayrell propôs que a discussão sobre a oportunidade de criação do Fórum das Contribuições Socioambientais do Setor de Florestas Plantadas ocorresse após a apresentação do estudo sobre Temas conflituosos relacionados com a expansão da base florestal plantada, momento em que a CONAFLORE teria maiores condições de opinar sobre a questão"*.

3. Atualização dos Representantes da CONAFLORE [TP-03]

- 3.1. **TRA (PNF/MMA)** apresentou a lista contendo a relação dos membros e comunicou que aconteceram algumas alterações em conformidade com a mudança das equipes nos Ministérios. Acrescentou ainda que será incluído o Itamaraty como titular, quando então a CONAFLORE será composta por 38 membros. Enquanto o Decreto não é publicado, o Itamaraty está sendo convocado para todas as reuniões.

4. Informes – 1ª Parte [TP-04]

4.1. Projeto de Lei Gestão de Florestas Públicas

- 4.1.1. **TRA(PNF/MMA)** procedeu leitura do contexto do item PL Gestão de Florestas Públicas (PL 4776/2005). Ressaltou que o texto atual do Projeto de Lei contempla todos os atributos discutidos e acordados nas reuniões CONAFLORE. Comentou sobre os seguintes itens que sofreram alterações:

- A natureza do Serviço Florestal Brasileiro - SFB configurava-se como órgão autônomo da administração direta ligado ao Ministério do Meio Ambiente. Entretanto, na versão atualizada do PL, o status autárquico do SFB será definido nos próximos dois anos.
- O formato para nomeação dos diretores: a CONAFLORE encaminhará lista tríplice à Ministra, que por sua vez indicará um nome ao Presidente da República.
- A destinação dos recursos oriundos da Concessão Florestal: i) todo o recurso será vinculado ao tema de florestas; ii) mesmo os recursos destinados aos Estados e Municípios deverão estar vinculados ao desenvolvimento florestal.
- O PL contempla a estrutura do Serviço Florestal Brasileiro em seu texto.

- 4.1.2. **Capobianco (SBF/MMA)** mencionou o empenho da Ministra na aprovação do Projeto de Lei. Descreveu a receptividade positiva dos deputados em relação ao PL, com quatro discursos favoráveis no Congresso Nacional. Capobianco comentou que existe uma percepção do Congresso Nacional de uma iniciativa que visa organizar o uso sustentável florestal brasileiro, em especial na Amazônia.

- 4.1.3. A palavra foi aberta aos membros:

Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA/PR) sugeriu que no artigo 59 seria pertinente acrescentar a explicitação nas competências o equivalente ao que a exposição de motivo trata em relação à ciência e tecnologia.

Oscar Arruda D'alva (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – Caatinga) requisitou que o PNF defina uma estratégia de acompanhamento do Projeto de Lei no Congresso Nacional, com a

presença de representantes da CONAFLORE durante sua tramitação. Solicitou que o PNF comunique aos membros da CONAFLORE a ocorrência de qualquer alteração no texto do PL durante a tramitação.

Fernando Castanheira (Madeira Sólida) questionou qual o volume em área estará disponível para o manejo sustentável. Sugeriu que o governo informe à sociedade esse quantitativo.

Girolamo Treccani (CONTAG) sugeriu que deverá ser instituída uma comissão composta por representantes da CONAFLORE, com o objetivo de acompanhar a tramitação do PL no Congresso Nacional. Treccani considerou inalteráveis os artigos 7º e 12, especialmente as palavras “Antes” e “considerará” dos Artigos 7º e 12, respectivamente. Acrescentou ainda que os Movimentos Sociais e ONGs não admitirão qualquer alteração nos artigos acima citados. Solicitou inversão da expressão Zoneamento Econômico Ecológico para Zoneamento Ecológico Econômico, no inciso VI do artigo 12.

Carlos Adolfo Bantel (SBEF) solicitou que o material das reuniões da CONAFLORE seja disponibilizado com antecedência para discussão dentro do grupo de interesse.

TRA(PNF/MMA) esclareceu que o material encontrava-se disponível no site. Apenas alguns documentos foram entregues no dia 03 de março, entre eles: Minuta final da Portaria de Criação do Fórum e Resumos Executivos dos Estudos Estratégicos. Quanto ao estudo sobre os Conflitos Socioambientais não foi possível finalizá-lo e será apresentado e discutido na próxima reunião.

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) sugeriu que Henrique Silva (ABEEF) apresentasse o posicionamento da Associação Brasileira dos Estudantes de Engenharia Florestal.

Henrique Silva (ABEEF) relatou que os debates relacionados ao PL estão sendo realizados nas Universidades. Posteriormente procedeu à leitura do documento preparado pelo Núcleo de Conjuntura Política da ABEEF, o qual encontra-se como anexo 2 desta Ata.

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) comentou que na gestão desse processo, a SBPC adotou uma medida de cautela, solicitando que a CONAFLORE somente se manifestasse após o Seminário de Nivelamento e Imersão, seminário este que não aconteceu. Admitiu que parcela dos seus companheiros e de seus pares não tem conhecimento do universo em que irá atuar. Relatou desconhecer dados apresentados pela IMAZON onde 47% do espaço amazônico está antropizado em maior ou menor escala; diferentemente dos 14% de corte raso divulgado pelo governo. Relatou ainda o pensamento de um professor catedrático da Universidade do Rio de Janeiro, onde esclarece que o PL somente se aplicaria na ótica de entregar os anéis para não entregar os dedos. Acrescentou ainda que houve um descompasso tendo em vista que somente daqui a dois meses acontecerá a reunião de nivelamento e imersão.

Raimunda Gomes da Silva (Comunidades Extrativistas) reforçou o posicionamento do Sr. Girolamo Treccani em referência aos artigos 7º e

12 do PL. Comentou sobre a dificuldade de comunicação pela Internet e solicitou envio do PL em disquete.

Carlos Alberto Dayrell (FBOMS - Cerrado e Pantanal) registrou a concordância com o documento apresentado pela ABEEF e as preocupações relatadas por Mauro Victor. Sugeriu que o PL fosse retirado do regime de urgência constitucional para que, anteriormente à sua tramitação no Congresso, aconteça o seminário de Nivelamento e Imersão. Relatou que o avanço das madeireiras está associado ao avanço do agronegócio como política pública do governo brasileiro, principalmente da soja. Demonstrou preocupação com a possível manipulação do PL frente à devastação do que resta de floresta.

José Carlos Carvalho (ABEMA-Sudeste) esclareceu que, em sua avaliação, ao definir corretamente o Ministério do Meio Ambiente como instância política e normativa e definir o Serviço Florestal Brasileiro como órgão de regulação, a normatização e a regularização não estão suficientemente explícitas no PL, isto para evitar que possa haver duplicidade na ação das duas esferas de poder. Demonstrou preocupação quanto à competência do MMA como poder concedente, conforme descrito no PL, que fará do Serviço Florestal Brasileiro um órgão inócuo. Expôs suas dúvidas quanto ao posicionamento do Congresso Nacional, que possivelmente não terá unanimidade na aprovação do PL. Apelou à solidariedade dos demais membros no sentido de apoiar o MMA para que o PL possa se configurar um avanço e não servir de pretexto a um retrocesso.

- 4.1.4. Capobianco (SBF/MMA)** identificou duas vertentes distintas: O primeiro grupo trata de como trabalhar o acompanhamento do PL no Congresso Nacional no sentido de garantir que não seja desvirtuado. Esclareceu que o texto do PL será defendido e acompanhado para que não ocorra alteração em sua essência. Alegou que não existe a hipótese de não agir; a Ministra do Meio Ambiente e o Presidente da República não aceitam esta hipótese, mesmo que a iniciativa não seja tão correta como o futuro poderá nos mostrar. Citou que o processo de elaboração do PL, mesmo que não tenha sido o ideal, foi altamente participativo.

Capobianco comentou que o ideal seria realizar o Seminário de Imersão antes de encaminhar o PL ao Congresso Nacional; entretanto, frente ao estado de guerra e de urgência, tal procedimento não foi possível de ser efetivado. Relatou ainda que a criação de duas Reservas Extrativistas na Amazônia demonstra a preocupação do governo federal na destinação das terras públicas, fazendo com que nos dois primeiros anos de mandato do Presidente Lula acontecesse o maior volume de destinação de terras públicas da história do Brasil.

Comentou que o PL é entendido pelo governo como um instrumento essencial do ponto de vista macroeconômico e a única hipótese que poderia existir a não encaminhar nessa direção seria a moratória com consequências econômicas desastrosas. O PL não será retirado do regime de urgência tendo em vista a lentidão na tramitação observada em legislações pertinentes ao tema, como a Lei da Mata Atlântica (13 anos no Congresso Nacional) e a Lei do SNUC (8 anos no CN). Esclareceu

ainda que não está em discussão a urgência constitucional, devendo a CONAFLOr restringir-se fundamentalmente à atuação perante o Congresso Nacional.

4.1.5. TRA (PNF/MMA) relacionou as propostas de encaminhamento:

i) instituição de uma Comissão Oficial da CONAFLOr para acompanhamento do PL no Congresso Nacional; ii) elaboração de um mecanismo de acompanhamento pelo PNF, que poderia ser um relatório semanal informando a tramitação do projeto; iii) capturar todas as propostas de emenda e encaminhá-las aos membros da CONAFLOr.

Girolamo Treccani (CONTAG) relatou que a decisão tomada sobre o encaminhamento do PL será, sem dúvida, a mais importante até o momento. Propôs a interrupção da sessão por 15 a 20 minutos para que os grupos se reunissem, com a finalidade de encontrarem um posicionamento em comum.

Capobianco (SBF/MMA) recomendou que fosse colocada em votação a possibilidade de ser constituída a comissão e sugeriu que a reunião entre os participantes de cada grupo fosse feita após o almoço.

Raimundo Deusdará Filho (ABEMA) concordou com a possibilidade de que a reunião aconteça, tendo em vista a necessidade de consenso entre as ABEMAS quanto à participação da CONAFLOr nesta comissão, além das divergências anteriormente identificadas em relação ao conteúdo do PL.

Luís Carlos de Miranda Joels (MCT) concluiu que seriam três propostas a serem discutidas: i) não fazer nada; ii) acompanhar a tramitação e iii) intervir no processo.

José Carlos Carvalho (ABEMA-Sudeste) solicitou que como membro gostaria de obter informações mais privilegiadas, essencialmente sobre as emendas sugeridas no Congresso Nacional. Acrescentou que o acompanhamento é positivo e que a Comissão deverá manifestar-se para evitar que o projeto possa eventualmente ser utilizado para encapsular um outro retrocesso.

Antônio Lopes de Carvalho (CONTICOM) comentou que o acompanhamento deverá ocorrer no sentido de ajustar o interesse da maioria, ou seja, acrescentar o que não foi contemplado durante as reuniões CONAFLOr.

4.1.6. Capobianco (SBF/MMA) relacionou os seguintes encaminhamentos: i) acompanhar a tramitação do PL para garantir informação; ii) os pontos fundamentais do PL deverão ser resguardados. Comentou que existem questões específicas como é o caso da ABEMA, que defende a concessão somente em unidade de conservação, apresentando-se contrária quanto à proposta de concessão na totalidade das terras públicas. Entretanto, a ABEMA nunca manifestou discordância com o projeto como um todo.

4.1.7. A discussão continuou após o almoço:

TRA (SBF/MMA) comentou sobre a necessidade de definir o papel que teria a CONAFLORE no processo de discussão do PL na Câmara. Relacionou três propostas citadas a seguir: i) elaboração de relatório semanal pelo PNF sobre o andamento do PL, com posterior encaminhamento aos membros da CONAFLORE; ii) as emendas do PL serão enviadas por e-mail aos membros; iii) definir o papel da CONAFLORE durante a tramitação do PL no Congresso Nacional.

Em referência ao acompanhamento do PL, Tasso destacou três opções: i) inexistência da comissão; ii) instituir uma comissão, com apoio do PNF, para participar e acompanhar apenas como observadores; iii) constituir uma comissão para acompanhar os debates e defender os denominados pontos fundamentais, ou seja, os conceitos importantes do PL que não deverão ser alterados. Sugeriu que fosse feita votação com a finalidade de identificar a preferência dos membros em relação às opções acima descritas.

4.1.8. A palavra foi aberta aos membros para suas considerações:

Rubens Cristiano Damas Garlipp (Silvicultores e Manejadores de Florestas) comentou que o setor empresarial manifestou apoio ao PL. Sugeriu que o PNF acompanhe, abasteça e forneça informações sobre o processo de tramitação do PL no Congresso Nacional, não sendo necessária a constituição da referida comissão.

Girolamo Domenico Treccani – CONTAG relatou que o texto do PL proposto na reunião deverá ser defendido, e caso ocorra alguma alteração dos pontos fundamentais (artigos 7 e 12), o projeto deverá ser retirado de pauta no Congresso Nacional. Treccani defende a constituição de comissão específica da CONAFLORE para acompanhar a tramitação do projeto.

TRA (SBF/MMA) expressou a sugestão de Raimundo Deusará quanto à constituição de uma comissão que deverá ter caráter observatório. Relatou o posicionamento do setor empresarial, o qual sugeriu que o tema fosse trabalhado individualmente com as respectivas organizações, sem constituir a comissão. Entretanto, as ONGs e Movimentos Sociais recomendaram a constituição da comissão para defesa dos pontos fundamentais do PL.

Luiz Carlos de Miranda Joels (MCT) mostrou-se contrário à constituição de uma comissão que faça alguma pressão aos parlamentares. Defendeu o posicionamento de que a comissão apresente apenas caráter observatório.

TRA (SBF/MMA) sugeriu que o PNF poderia apoiar um representante de cada grupo da sociedade civil, viabilizando a participação de 6 a 7 membros da CONAFLORE por meio da disponibilização de recursos para que a comissão acompanhe a tramitação do PL no Congresso Nacional. Os membros estariam representando apenas o seu grupo de interesse,

sem qualquer representação da CONAFLO propriamente dita. Por outro lado, o PNF enviará, a todos os membros, um relatório semanal contendo informes sobre a tramitação e as discussões relacionadas ao PL.

Carlos Afonso Bantel (SBEF) sugeriu que seria mais adequada uma estratégia de acompanhamento do projeto em contraposição ao apoio à aprovação.

Girolamo Domenico Treccani – CONTAG recomendou que, no texto do PL não deverão ser propostas alterações do Código Florestal, incluindo a discussão sobre a reserva legal.

TRA (SBF/MMA) ressaltou ser inconveniente incluir no PL outros temas de revisão do Código Florestal, os quais serão discutidos em projetos específicos. TRA sugeriu passar para o próximo tema de pauta: Fórum Socioambiental de Plantações Florestais.

Encaminhamentos:

1. Instituir uma Comissão Oficial da CONAFLO para acompanhamento do PL no Congresso Nacional;
2. Elaboração de relatório semanal pelo PNF sobre o andamento do PL, com posterior encaminhamento aos membros da CONAFLO;
3. Encaminhar as emendas do PL por e-mail aos membros da CONAFLO;
4. Definir os componentes da comissão que acompanhará a tramitação do PL no Congresso Nacional. A comissão deverá representar os grupos de interesse, ficando explícito que a comissão não representará os interesses da CONAFLO.
5. Resguardar os pontos fundamentais do PL, em especial os artigos 7º e 12.

5. Apresentação e discussão sobre Estudos Estratégicos - 3ª Parte [TP-10]

5.1. Sistema Nacional de Parcelas Permanentes (SisPP)

- 5.1.1. **TRA (PNF/MMA)** propôs adequação da agenda tendo em vista que a discussão sobre o Fórum Socioambiental necessitará de uma disponibilidade maior de tempo. Sugeriu a apresentação imediata do Estudo Estratégico "Sistema de Parcelas Permanentes – SisPP" que derivará no Inventário Nacional e posteriormente a apresentação sobre as "Políticas Estaduais de Florestas".

TRA procedeu à leitura do texto relativo ao estudo Sistemas de Parcelas Permanentes que se encontra disponível no material da pasta referente à 6ª Reunião – divisão laranja. Comentou ainda que o estudo relativo ao levantamento da situação de conflitos socioambientais em florestas plantadas será finalizado e apresentado na 7ª Reunião CONAFLO. TRA passou a palavra à Dra Yêda Maria Malheiros de Oliveira (EMBRAPA FLORESTAS).

Yêda Maria Malheiros de Oliveira (EMBRAPA FLORESTAS) procedeu a apresentação do Estudo Estratégico sobre o Sistema Nacional de Parcelas Permanentes – SisPP que encontra-se disponível na página da CONAFLO e anexa à Ata.

- 5.1.2. **TRA (PNF/MMA)** esclareceu que o objetivo principal do SisPP é definir o Inventário Florestal Nacional. Essa preocupação surgiu na primeira reunião CONAFLO, onde Mauro Victor expressou sua inquietação quanto à inconsistência de informações sobre as florestas. Recentemente foi executado um trabalho pela equipe do Dr. Nelson Barboza relativo ao levantamento de áreas plantadas com florestas. Para a elaboração do inventário nacional foram definidas duas linhas de informação: i) quantitativo da área com a finalidade de construção de mapas e acompanhamento contínuo da evolução da cobertura florestal no Brasil. Esse estudo está sendo executado pelo PROBIO com mapeamento de todos os biomas; ii) Sistema Nacional de Parcelas Permanentes para acompanhamento da evolução da qualidade da floresta.

TRA informou que foi disponibilizado um recurso expressivo para que as redes, atualmente existentes, possam alcançar um protocolo comum, de tal forma que tenhamos informações inicialmente pelos biomas para posteriormente associá-las em uma rede única. O próximo passo será produzir um modelo de monitoramento sistemático de grandes parcelas em nível de paisagem, metodologia que vem sendo desenvolvida pela FAO em vários países do mundo. Salientou que o responsável pelo projeto no PNF é o Joberto, Gerente de Uso Sustentável dos Recursos Florestais, e que o documento encontra-se disponível na página da CONAFLO.

- 5.1.3. A palavra foi aberta aos membros para suas contribuições:

Luís Carlos de Miranda Joels (MCT) solicitou informação de como foi feita a identificação das parcelas permanentes e quais as principais dificuldades encontradas.

Yêda Maria Malheiros de Oliveira (EMBRAPA FLORESTAS) esclareceu que as informações foram obtidas por contato com pessoas ligadas à área de inventário e manejo florestal em todo país, além de busca em literatura, teses, etc. Contou-se ainda com as Redes Regionais, como Amazônia e Caatinga.

Atualmente, as informações estão chegando pelo conhecimento da existência do sistema de banco de dados implantado. Comentou que a maior dificuldade relacionou-se à localização do responsável pela coordenação dos projetos e, principalmente, à problemática temporal dos trabalhos publicados, especificamente se as parcelas continuam ativas. Finalmente, o grande entrave nas instituições de pesquisa foi obtenção de recursos financeiros para execução dos projetos.

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) salientou a importância da manutenção contínua das atividades de pesquisa, de tal forma que o recurso possa fluir às instituições responsáveis pela realização dos projetos.

Aliazar Volpato (SBEF) concordou que o modelo talvez seja o ideal para o levantamento. Entretanto, o estudo para subsidiar as macropolíticas de governo deverá contemplar a propriedade rural, ou seja, quantificar a cobertura florestal existente nessa unidade de controle da política de proteção da floresta. O nível de informação deverá refletir a propriedade rural.

Oscar Arruda D'alva (Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais – Caatinga) solicitou esclarecimentos quanto à metodologia utilizada para o estudo das paisagens, levantamento e monitoramento da cobertura florestal em paisagens.

Luís Carlos de Miranda Joels (MCT) solicitou ao Tasso esclarecimentos quanto ao programa de ecologia de longa duração que completou cinco anos, onde o maior problema encontra-se no financiamento de longo prazo.

TRA (PNF/MMA) esclareceu que foram delimitadas duas estratégias básicas em referência aos programas de longa duração: i) Projeto de empréstimo Japão/PNF para os próximos oito anos; ii) Serviço Florestal Brasileiro com a fonte de recurso oriunda do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal que inclui o tema ciência e tecnologia, pesquisa e informação. TRA relatou que o recurso mais seguro para os programas de longa duração estarão disponíveis no Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal.

TRA solicitou que os documentos utilizados para preparar a proposta do sistema fossem encaminhados aos membros CONAFLO. No inventário nacional deverá ser usada uma metodologia intermediária entre o mapeamento que já está sendo realizado e as parcelas permanentes instaladas no campo para identificar a qualidade da floresta.

Encaminhamentos:

1. Enviar, aos membros CONAFLO, os documentos utilizados para preparar a proposta do SisPP.

6. Apresentação e discussão sobre Estudos Estratégicos – 1ª Parte [TP – 05]

6.1 Planos Estaduais de Florestas

- 6.1.1. TRA propôs passar para o próximo tema referente aos Planos Estaduais de Florestas. Esclareceu que o referido estudo foi fruto de um debate que

aconteceu na primeira e segunda reunião da CONAFLOR, onde foi proposto que os governos estaduais apresentassem o que está sendo feito em termos de políticas florestais. O documento descreveu um levantamento geral da política florestal nos estados e encontra-se na forma de um banco de dados. Esse documento estará disponível no site do PNF separado por estado, de tal forma que possa ser atualizado de acordo com as modificações ocorridas. TRA passou a palavra ao Dr. Joésio Deoclécio Siqueira (STCP/UFPR).

6.1.2. Joésio Deoclécio Siqueira (STCP/UFPR) procedeu a apresentação do Estudo Estratégico sobre os Planos Estaduais de Florestas que se encontra disponível na página da CONAFLOR e anexa à Ata.

6.1.3. TRA (PNF/MMA) informou que o documento é constituído de duas partes: a primeira parte é factual e descritiva, formada por informações recolhidas nos estados, as quais retornarão por intermédio das ABEMAs para que os diversos atores avaliem o conteúdo do documento. Na avaliação proposta por Joézio foi estabelecida uma série de critérios do que deveria ser uma política florestal, comparando as pontuações obtidas pelos diferentes estados e pelo PNF. Obviamente que as informações relacionadas às pontuações dos estados não serão objeto de publicação.

A partir desse documento foi sugerida a elaboração de um termo de referência para desenvolvimento de um novo estudo relativo à sumarização dos elementos fundamentais de uma política florestal. TRA esclareceu que existe uma preocupação com a formatação do banco de dados, especificamente quanto ao cruzamento e correlação das informações entre os diversos estados.

6.1.4. A palavra foi aberta aos membros para suas contribuições:

Fernando Castanheira (Fórum Nacional de Atividades Básicas Florestais) comentou sobre a importância do documento no sentido de conhecermos o *status quo* das políticas florestais estaduais, entretanto ressaltou que o estudo estará totalmente defasado em poucos meses. Questionou quanto à articulação entre as políticas estaduais e a nacional para alimentação do banco de dados, que deverá acontecer de forma eficiente para sua atualização.

José Carlos Carvalho (ABEMA-Sudeste) elogiou a iniciativa do estudo em propor uma interação do Programa Nacional de Florestas com as ações dos estados. Ressaltou que a assimetria da Federação Brasileira deverá ser refletida quando ocorrem desdobramentos da política nacional para as políticas estaduais e locais. Comentou que, na elaboração do ranking, deve-se atentar para a assimetria acima relatada, orientando a descentralização que deverá acontecer no sentido de incorporar as peculiaridades locais e regionais.

José Carlos esclareceu que parte dos custos de transação deve-se à cultura de fraude que domina alguns segmentos do setor florestal. Citou o exemplo de Minas Gerais onde é feito um grande esforço para reduzir os custos de transação em relação ao carvão vegetal, o que tem ocasionado um transporte maciço de nativa com documento de floresta plantada. Concluiu que o custo de transação imposto por uma burocracia exagerada do estado decorre da cultura de fraude que prevalece em determinado segmento do setor.

Luís Carlos de Miranda Joels (MCT) solicitou informações quanto aos critérios utilizados na classificação dos estados.

Girolamo Domenico Treccani (CONTAG) sugeriu que a legislação citada no documento seja disponibilizada por intermédio de um link na página do PNF.

Joésio Deoclécio Siqueira (STCP/UFPR) explicou que o banco de dados aborda exclusivamente a legislação florestal dos estados.

Raimundo Deusdará Filho (ABEMA) comentou que os problemas da Região Sul não deverão ser transpostos para a Região Norte. Demonstrou preocupação em não ter sido mencionado no estudo a questão do não-madeireiro, que no caso do Estado do Amazonas tem extrema importância. Relatou ainda que no documento constam programas florestais relacionados com a recomposição de APP e Reserva Legal na Região Norte e demonstrou desconhecimento de trabalhos desta natureza tanto no Amazonas quanto Pará, Acre e Tocantins.

Deusdará questionou se foram consultados os Planos Plurianuais de investimentos dos estados, tendo em vista que os PPAs tem informações relativas aos projetos e atividades realizadas pelos estados. Comentou que a classificação dos estados dentro do "ranking" proposto pelo executor do estudo poderá causar constrangimentos às Secretarias de Meio Ambiente.

Joésio Deoclécio Siqueira (STCP/UFPR) relatou que, em praticamente todos os contatos efetuados com os detentores da informação nos estados (90% dos estados) foram solicitados documentos oficiais do MMA, que por sua vez requisitava liberação dos dados. Houve muita dificuldade no acesso aos bancos de dados estaduais, provocando atraso na finalização do documento.

Joésio esclareceu que foram analisadas duas políticas: a política florestal e a política ambiental. Na política florestal foram identificados a presença ou ausência da lei florestal estadual, registro de cadastro de produtores, área de preservação permanente, reserva legal, manejo, reposição, transporte e comercialização. Do ponto de vista ambiental, entre os critérios analisados, destacam-se os corredores de biodiversidade, ICMS Ecológico, Unidade de Conservação, desmatamento e queimada. Foi feito um levantamento das taxas florestais e do Zoneamento Ecológico Econômico. Quanto aos programas, foram identificados todos aqueles vinculados à busca de benefício pelo uso do recurso.

Joésio sugeriu que todos os formuladores de política visitassem Minas Gerais com o intuito de conhecer a gestão ambiental no estado, especialmente as ações de comando e controle. Segundo Joésio, tais ações deveriam ser voltadas principalmente aos programas de educação, sendo a melhor maneira de aplicação dos recursos.

TRA (SBF/MMA) sugeriu que o tema retorne nas próximas reuniões. Esclareceu que o objetivo principal deste estudo estratégico é conhecer o que existe de política florestal nos estados para disponibilização da informação aos membros da CONAFLO, subsidiando a comissão na discussão sobre o tema de políticas estaduais e nacionais.

Comentou que o ranking não será publicado, tendo em vista que a finalidade do estudo não foi criar um comparativo entre os estados. TRA relacionou os principais encaminhamentos, entre eles destacam-se: i) organizar um link sobre as legislações estaduais na página do PNF; ii) disponibilizar os PPAs estaduais na página do PNF; iii) elaborar termo de referência para desenvolver um estudo sobre os elementos fundamentais de política florestal e instrumentos.

Encaminhamentos:

1. Organizar um mecanismo para acessar as legislações estaduais e os PPAs estaduais na página do PNF;
2. Elaborar termo de referência para desenvolver estudo sobre os elementos fundamentais de política florestal e instrumentos.

7. Informes – 2ª Parte [TP-07]

7.1. Workshop Global de Restauração Florestal

7.1.1. TRA (SBF/MMA) comentou sobre a realização, juntamente com a IUCN, do Workshop Global sobre Restauração de Paisagens Florestais que se realizará em Petrópolis, no mês de abril. O evento tem a finalidade de promover uma reflexão sobre as metodologias de restauração das paisagens florestais empregadas em diversas partes do mundo e contará com aproximadamente 120 participantes. Seis pessoas do Brasil irão participar do workshop Global, e elas serão indicadas durante o evento nacional que se realizará em Ouro Preto, entre os dias 16 e 19 de março.

8. Fórum Socioambiental de Plantações Florestais [TP – 06]

8.1. Apresentação do Fórum Socioambiental de Plantações Florestais

8.1.1. **TRA (SBF/MMA)** procedeu à leitura do item “Contexto” relativo ao tema de pauta Fórum Nacional das Contribuições Socioambientais do Setor de Florestas Plantadas e posteriormente da Minuta final da Portaria de criação do Fórum Socioambiental do Setor de Florestas Plantadas.

8.1.2. A palavra foi aberta aos membros para comentários e observações:

Carlos Afonso Bantel (SBEF) comentou que no evento de comemoração dos cem anos de florestas plantadas deve-se atentar para a elaboração de um diagnóstico de florestas e biomas em relação ao tema tratado. Considerou fundamental a disponibilização do mapa de conflitos para subsidiar as discussões sobre as florestas plantadas. Bantel demonstrou preocupação com a definição de prioridades exigíveis pela sociedade em relação às florestas plantadas e ressaltou a necessidade de prever recursos para a pesquisa com o fortalecimento das instituições públicas relacionadas ao tema.

Recomendou que no artigo 2, inciso I, deva acrescentar aspectos tecnológicos aos anteriormente citados: ambientais, sociais, econômicos e culturais. E ainda, no inciso VIII sugeriu substituir produção de alimentos por produção e tecnologias de alimentos, tendo em vista que o segredo não é mais produzir alimento, mas saber conservá-lo, transformá-lo e disponibilizá-lo aos consumidores.

Carlos Alberto Dayrell (Fórum Brasileiro de ONGs) reconheceu a importância do Fórum, entretanto, demonstrou preocupação em colocar sua criação como uma proposição do Ministério em articulação com a CONAFLO. Os conflitos socioambientais deverão ser priorizados em relação à criação do Fórum. É fundamental que se identifiquem os atores, os problemas e a amplitude dos problemas para verificar se o fórum será a solução. Para tanto, recomendou urgência na apresentação do estudo estratégico proposto.

Em relação à portaria, sugeriu que se defina o termo floresta plantada de forma que não se confunda com monocultura.

Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA) colocou à disposição do PNF esclarecimentos sobre a “Quarta Amostra em Benefício das Florestas” que procura mostrar à sociedade os benefícios sociais, econômicos e ambientais, além das condições tecnológicas para o desenvolvimento das florestas.

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) recomendou definir melhor o termo florestas plantadas conforme solicitado por Dayrell.

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) demonstrou seu apoio à criação do fórum, acrescentando que se deva ter direito ao contraditório definido como o mapa de conflitos. Comentou que a sociedade brasileira poderia identificar os prós e os contras do setor para posteriormente sugerir a correção dos rumos, destinos e a projeção para o futuro.

Entretanto, infelizmente, o mapa de conflitos somente estará disponível na sétima reunião, podendo ocasionar um desvio de ética do ente público, no caso a CONAFLO. Esclareceu que a CONAFLO ou o MMA não pode estar atrelado a interesses setoriais, devendo fazer com que prevaleça o equilíbrio entre as partes.

TRA (SBF/MMA) comentou que, inicialmente, a finalidade do fórum era valorizar e estimular as experiências comprovadamente sustentáveis, promovendo a multiplicação das boas práticas. A idéia era que a discussão fosse realizada no âmbito do Ministério, com um pequeno grupo de trabalho formado por técnicos e empresas interessadas. Entretanto, com a ampliação dos atores envolvidos, especificamente com a participação da CONAFLO, a discussão também enfocou a interlocução e o debate sobre os impactos dos plantios florestais. Tasso esclareceu que de forma alguma o fórum seria um espaço para resolução de conflitos ou até mesmo para julgamento do mérito desses conflitos.

TRA ressaltou que o Programa Nacional de Florestas tem a missão de estimular as boas práticas, e para tanto o fórum priorizará a idéia original que envolve as empresas e demais interessados, desvinculando-se da CONAFLO, tendo em vista que a comissão declarou não ser o momento para que esse vínculo aconteça.

TRA comentou ainda que, no Brasil, o tema florestas plantadas incorpora as monoculturas e o fórum foi pensado para lidar exatamente com essa temática.

Esclareceu que o Ministério do Meio Ambiente, o Programa Nacional de Florestas ou a CONAFLO não serão promotores do evento “Cem Anos de Florestas Plantadas”, e que o mesmo está sendo organizado pela Associação Brasileira de Florestas Plantadas – ABRAF com a participação, como convidados, do Presidente da República e da Ministra do Meio Ambiente.

Paulo Kageyama (SBF/MMA) ressaltou a importante colaboração do setor florestal em relação à recomposição da reserva legal e áreas de preservação permanente por meio do plantio de espécies nativas. Kageyama salientou que não existe comparação entre floresta plantada e floresta natural e conceituou os termos florestas plantadas e monocultura.

Raimunda Gomes da Silva (Comunidades Extrativistas) demonstrou preocupação com a manutenção da Floresta, tendo em vista que a expansão da soja tem provocado infestação de pragas oriundas das lavouras em áreas florestais.

Rubens Cristiano Damas Garlipp (Silvicultores e Manejadores de Florestas) salientou que o objetivo do fórum seria de divulgar, esclarecer, servir para demonstração e finalmente, multiplicar as boas práticas em conformidade com a diretriz governamental de expansão da base florestal de forma sustentável. Relatou que a silvicultura no Brasil representa 20% do superávit da balança comercial, geração de alguns milhões de empregos e desenvolvimento de conhecimentos tecnológicos que estão sendo transferidos para o pequeno, médio e grande produtor.

Comentou que o fórum seria uma excelente oportunidade para agregar experiências e multiplicar exemplos de boa condução da silvicultura.

Relatou que recentemente participou de um evento promovido pela FAO-Roma para discussão do conceito de florestas plantadas. Descreveu que não existe consenso quanto à definição, tendo em vista que os conceitos aplicados no Hemisfério Norte não se aplicam para o Hemisfério Sul. Garlipp concluiu que, independente da definição, a atividade deverá ser de fato sustentável, gerar emprego com qualidade, gerar divisas e conseqüentemente transformar o país numa economia florestal sustentável.

Carlos Afonso Bantel (SBEF) relatou que as adequações de ordenamento, incluindo os novos parâmetros, deverão ser consideradas em se tratando de florestas plantadas. A sociedade tem exigido inclusão de novos parâmetros para determinação de metodologias de trabalho, condução e aproveitamento das nossas florestas. Identificou quatro pontos fundamentais a serem considerados: i) diagnóstico de florestas e biomas; ii) elaboração do mapa de conflitos previamente às discussões; iii) definição de prioridades pela sociedade; iv) recursos para pesquisa com fortalecimento das instituições públicas. Acrescentou o quinto ponto que seria a adequação de ordenamento considerando os novos parâmetros.

Bantel comentou que nas definições sobre florestas plantadas e monoculturas, o essencial é preocuparmos com o objetivo proposto em contraposição à nomenclatura tradicional. A sociedade se encarregará de encontrar a melhor definição para ambos os termos.

Carlos Alberto Dayrell (Fórum Brasileiro de ONGs) comentou sobre a importância do MMA identificar as experiências comprovadamente sustentáveis. Entretanto, o Ministério não poderá se omitir das obrigações contraídas com as comunidades impactadas pelo setor florestal. Os projetos baseados em grandes monoculturas geram tragédias ambientais para os pequenos municípios. As plantações florestais são estabelecidas normalmente em áreas de recarga, agravado quando a região passa de uma situação de sub-úmido para o semi-árido, limitando as possibilidades de vida das comunidades.

Dayrell informou que algumas empresas situadas no Estado de Minas Gerais estão sendo processadas tendo em vista que seus trabalhadores não encontram-se regularizados conforme a legislação trabalhista vigente. Finalmente sugeriu que o Ministério do Meio Ambiente resgate a dívida social contraída com as comunidades impactadas.

Girolamo Domenico Treccani – CONTAG relatou que o artigo 4º da Portaria de criação do Fórum Socioambiental é extremamente amplo, devendo ser incluído algum indicador com a finalidade de estreitar os critérios não definidos. Recomendou que durante o evento de comemoração dos cem anos de florestas plantadas não seja feito qualquer pronunciamento em relação ao Fórum, tendo em vista a necessidade de se obter elementos e informações seguras para melhor definir o documento.

TRA (SBF/MMA) esclareceu que o PNF é um programa de políticas públicas para o desenvolvimento florestal sustentável no Brasil. O PNF está desenvolvendo o sistema de crédito orientado para incentivar a pequena e média produção. A área com florestas plantadas pelo pequeno produtor cresceu de 6,7% em 2002 para 14% em 2004. A orientação para o ano de 2005 será de 19% a ser executado com o pequeno e médio produtor.

Outro ponto fundamental que está sendo desenvolvido pelo PNF relaciona-se com o levantamento sobre os impactos socioambientais das florestas plantadas. Tasso acrescentou que é extremamente importante aproveitar o evento dos cem anos de florestas plantadas para divulgar as experiências bem sucedidas e promover a multiplicação destas ações, além de identificar os impactos socioambientais das florestas plantadas. Sugeriu que fosse agendada uma reunião extraordinária da CONAFLO, durante o mês de abril, para discussão do estudo estratégico sobre os “Conflitos Socioambientais em Florestas Plantadas”; e, no momento atual, desvincular o instrumento de criação do fórum das propostas da CONAFLO.

O Fórum passa a ser criado em conformidade com a proposta inicial, ou seja, com a finalidade de divulgação e multiplicação das experiências positivas, sendo novamente discutido com os membros da CONAFLO depois de finalizado o estudo proposto. A Portaria será reformulada nos moldes da proposta original, de forma que se forneça a oportunidade para que a iniciativa de multiplicar as experiências positivas possa acontecer e ser estimulada.

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) propôs que a reunião extraordinária aconteça após o Seminário de Imersão sobre o Programa Nacional de Florestas.

8.1.3. TRA (SBF/MMA) definiu que o fórum não será conectado a CONAFLO, e somente será discutido dentro da comissão após a apresentação do estudo estratégico.

Encaminhamentos:

1. O Fórum será criado em conformidade com a proposta inicial, com a finalidade de divulgação e multiplicação das experiências positivas;
2. Reformular a portaria aos moldes da proposta original e publicá-la.

8.1.4. TRA (SBF/MMA) esclareceu que, em função da escassez de tempo, é necessário definir os temas de pauta que serão contemplados na reunião, entre eles: i) apresentação do estudo estratégico “Florestas Urbanas” pela Dra. Ondalva Serrana, e ii) definir a comissão, formada por membros da CONAFLO, que organizará o Seminário de Imersão com previsão de local e data. Os demais temas poderão ser discutidos em outra reunião ou até mesmo em uma reunião extraordinária.

9. Seminário de Imersão sobre o Programa Nacional de Florestas [TP - 08]

9.1. **TRA (SBF/MMA)** procedeu à leitura do tema de pauta "Seminário de Imersão e Nivelamento sobre o Programa Nacional de Florestas". O Seminário deverá incluir, como proposta inicial do PNF, os seguintes eixos centrais de debate: i) fatos e estatísticas sobre florestas no Brasil; ii) o estado da arte do manejo florestal e do desenvolvimento setorial; iii) a inserção do país na agenda internacional de florestas. A tarefa dos membros será definir a comissão que organizará o Seminário de Imersão com previsão de local e data. O evento deverá acontecer em maio, preferencialmente na semana do dia nove ao dia treze, para que se faça a conexão com a preparação da posição brasileira no Fórum de Florestas das Nações Unidas.

9.2. A palavra foi aberta aos membros:

Mauro Antônio Moraes Victor (SBPC) informou que a SBPC se oferece para moderar, como ente independente, o evento proposto. Disponibilizou ainda a estrutura da SBPC para realização do seminário e sugeriu que aconteça em Manaus, conforme entendimentos entre o Professor Virgílio e o Presidente da SBPC.

Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA) comentou que o grupo que representa "Academia e Profissionais" se dispõe a participar da comissão.

Pedro Eduardo Graça Aranha - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Mata Atlântica e Campos Sulinos) solicitou que o evento se realize no final de semana.

Raimundo Deusdará Filho (ABEMA) ofereceu a estrutura de um barco, incluindo a alimentação e hospedagem, para realização do seminário. Comentou ser importante aproveitar a oportunidade para conhecer exemplos de campo, especificamente um manejo florestal comunitário ou alguma ação que esteja associada ao tema de florestas nativas. Salientou não ser possível custear as passagens aéreas.

TRA (SBF/MMA) propôs que o seminário de imersão aconteça juntamente com a 7ª Reunião CONAFLO, nos dias dois e três de maio. Na composição da comissão, Tasso sugeriu que Mauro Vítor ficasse com a coordenação temática da reunião, Joberto seria o coordenador representando o PNF, um representante das ONGs e Movimentos Sociais, um representante do Setor Empresarial e Raimundo Deusdará Filho representando os Governos Estaduais. Solicitou a indicação dos representantes das ONGs e Movimentos Sociais e do Setor Empresarial.

Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) solicitou que no Seminário de Imersão e Nivelamento seja abordada a história da legislação de terras no Brasil. Informou ainda que o documento preparado pelo Núcleo de Conjuntura Política da ABEEF, contendo cinco laudas, foi encaminhado à mesa.

TRA (SBF/MMA) recomendou que as sugestões quanto aos temas de pauta fossem enviadas ao Mauro Victor. Esclareceu que o documento encaminhado por Henrique Moreira de Melo Silva (ABEEF) constará como parte dos anexos no CD da 6ª Reunião CONAFLORE e será disponibilizado na Internet juntamente com os materiais da reunião.

Encaminhamentos:

1. Definir a comissão, formada por membros da CONAFLORE, que organizará o Seminário de Imersão com previsão de data.
2. Organizar a reunião em Manaus.

10. Apresentação e discussão sobre Estudos Estratégicos – 3ª Parte [TP-10]

10.1. Florestas Urbanas

10.1.1. TRA (SBF/MMA) passou a palavra à Dra. Ondalva Serrana, consultora da RBCV.

10.1.2. Ondalva Serrana (RBCV) procedeu à apresentação do Estudo Estratégico sobre as Florestas Urbanas que se encontra disponível na página da CONAFLORE e anexa à Ata.

10.1.3. TRA (SBF/MMA) recomendou aos membros a leitura do documento, especialmente a sessão que trata das dez cidades visitadas. A edição de um livro pode ser uma das conseqüências deste trabalho.

10.1.4. A palavra foi aberta aos membros para comentários e observações:

Pedro Eduardo Graça Aranha - Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais (Mata Atlântica e Campos Sulinos) parabenizou o estudo apresentado pela Dra. Ondalva. Comentou que na última reunião da CONAFLORE, sugeriu que a Rede Mata Atlântica participasse do trabalho no Rio de Janeiro, o que não aconteceu. Pedro demonstrou preocupação com a posição ocupada pelo Rio de Janeiro (quinto lugar), tendo em vista a extensa área do município ocupada com parques urbanos, reservas e praças.

Carlos Afonso Bantel (SBEF) parabenizou o trabalho realizado e apresentou as seguintes considerações: i) Proceder a interface entre o Ministério do Meio Ambiente e outros programas semelhantes nos demais ministérios; ii) levantar os programas congêneres tais como agricultura urbana, combate à fome, lazer, águas pluviais, resíduos urbanos, abastecimento de água, entre outros; iii) Atrelar o estudo ao Protocolo de Kyoto, Agenda 21,

legislações municipais, Plano Diretor, Educação Ambiental e fundamentalmente à política de bacias hidrográficas de acordo com a Lei 9433/97.

Bantel recomendou a criação de um GT dentro do MMA, no qual o grupo “Academia e Profissionais” tem especial interesse em participar.

Ondalva Serrana (RBCV) explicou que a visita ao Rio de Janeiro foi precedida de inúmeras entrevistas nos diferentes setores possíveis de serem acessados. Comentou que novas informações poderão ser coletadas em futuras intervenções.

Considerou, de fundamental importância, as observações relacionadas à interface entre os órgãos de governo. Deve-se resgatar, através da educação ambiental, a conectividade e a visão sistêmica da nossa realidade em todas as esferas e em todos os níveis, incluindo os tomadores de decisão do espaço urbano. Este é um desafio e fará com que os ministérios comecem a trabalhar de forma interativa para resolução dos problemas socioambientais da nossa realidade local.

Ondalva concluiu que a interatividade e a conectividade devam acontecer no âmbito ministerial, estadual e municipal.

11. Outros pontos:

- 11.1. **Vitor Afonso Hoeflich (EMBRAPA)** propôs incorporar à ata um conjunto de informações sobre as redes de pesquisa, em diferentes áreas de conhecimento, que a EMBRAPA Florestas realiza em apoio ao PNF. Solicitou que essa temática fosse ponto de pauta na próxima reunião CONAFLO.
- 11.2. **TRA (SBF/MMA)** informou que a proposta das linhas de ação dos projetos ITTO será encaminhada por e-mail. O arquivo conterá o documento, incluindo o marco programático e a sugestão de três linhas de ação para que sejam feitos comentários e sugestões. Finalizou sua participação confirmando a sétima reunião CONAFLO que se realizará com o Seminário de Imersão na primeira semana de maio.
- 11.3. **Carlos Afonso Bantel (SBEF)** solicitou que as reuniões prévias sejam sistematicamente implantadas, tendo em vista o excelente resultado obtido pelos grupos de trabalho.

Encaminhamentos:

1. Disponibilizar, aos membros da CONAFLOR, os documentos encaminhados por Vitor Afonso Hoeflich relativos a um conjunto de informações sobre as redes de pesquisa, em diferentes áreas de conhecimento, que a EMBRAPA Florestas realiza em apoio ao PNF;
2. Encaminhar a proposta das linhas de ação dos projetos ITTO.

12. Encerramento

Sem outros assuntos para tratar, a reunião foi encerrada às 17:20h.

Anexo 1. Lista dos Participantes da Reunião

MEMBROS CONAFLOR

Nome do Membro	Instituição
Carlos Adolfo Bantel	SBEF
Carlos Alberto Dayrell	CAA
Eduardo Monteiro Fagundes	ARESB
Fernando Castanheira	Fórum Nacional Florestal

Girolamo D. Treccani	CONTAG
Henrique M.M. Silva	ABEEF
José Carlos de Carvalho	ABEMA
José Geraldo Baracuh	ABEAS
Oscar Arruda D'alva	ASA
Pedro Eduardo Graça Aranha	RMA / FBOMS
Raimundo de Araújo Lima	INCRA
Vitor Afonso Hoeflich	EMBRAPA
Afonso C. Brandão de Sá	MDIC / SDP
Gerson Ricardo Narcizo	MPOG
Antonio Lopes de Carvalho	CONTICOM
Luiz Carlos de Miranda Joels	MCT
Luiz Gonzaga de Oliveira	ABEMA
Paulo S. Pellegrini	ABEMA
Raimunda Gomes da Silva	CNS
Raimundo Deusdará Filho	ABEMA - NORTE
Rosalvo de Oliveira Junior	MIN- SDR
Rosane Dil Donatti	ABIPA
Wagner Kronbauer	UNIFLOR

CONVIDADOS

Nome	Instituição
Anna Fanzeres	PNF
Carmem Roseli Caldas Menezes	ABC/MRE
César Reis	ABRAFE
Eleazar Volpato	SBEF
Gabriel L.	FAO/BR
Guilherme Luis Augusto Gomide	Ministério do Meio Ambiente
Joésio Deoclécio Siqueira	STCP/ UFPR
Júlio C.F. Rezende	MCT
Manuel Pavery	FAO/BR
Marco Antônio Garcia Martins	RBCV
Natália Filardo	ABEEF
Ondalva Serrana	RBCV
Simone Miura Dias	DEMA/MRE
Yêda Maria Malheiros de Oliveira	EMBRAPA FLORESTAS

